

Entenda briga judicial que levou à reintegração de posse em SP

16/09/2014

A reintegração de posse que gerou confrontos, levou a prisões e afetou o trânsito no centro de São Paulo nesta terça-feira (16/9) teve origem em uma [decisão judicial de março deste ano](#), mas só cumprida depois de dois mandados frustrados. Uma liminar da 25ª Vara Cível de SP já havia determinado há quase seis meses que a polícia retirasse ocupantes do imóvel número 601 na avenida São João — um hotel planejado na década de 1970, que nunca abriu as portas.

Creative Commons

A área chegou a ser negociada pela prefeitura para desapropriação, mas a Secretaria Municipal de Habitação disse ter desistido do projeto no ano passado, por considerá-lo inviável economicamente.

O prédio de 21 andares passou por uma série de ocupações, a última delas iniciada pelo Movimento Sem Teto do Centro (MSTC) no dia 3 de março, durante o Carnaval. Naquele mês, a juíza Maria Fernanda Belli determinou que o chamado Aquarius Hotel voltasse às mãos dos proprietários — um grupo de irmãos da família Pedreiro, que desistiu do negócio após a degradação do centro da capital paulista, segundo informou a mulher de um deles, **Marta Pedreiro**, à revista **Consultor Jurídico**.

Conforme a juíza, o pedido dos donos deveria ser atendido pois cumpria os requisitos fixados no Código de Processo Civil sobre posse. Mas o prédio demorou a passar pela reintegração porque, em abril, o comando do 7º Batalhão da Polícia Militar afirmou à Justiça que ainda precisaria agendar reunião com órgãos competentes. Dois meses depois, com data já marcada pela PM, a prefeitura disse que não conseguiria atender no prazo estipulado um ofício judicial para amparar moradores do imóvel.

Para solucionar o impasse, a juíza disse que cabia aos autores providenciar quaisquer meios necessários à remoção das famílias, pois a municipalidade não é ré no processo. O advogado do Aquarius Hotel, **Bruno Forli Freiria**, do Nelson Wilians e Advogados Associados, afirma que seu cliente contratou 40 caminhões para levar objetos cadastrados a um depósito.



Freiria disse que representantes do hotel foram ao local nesta terça-feira, mas, no tumulto, uma preposta foi ameaçada por manifestantes, o que levou a juíza a autorizar que a reintegração ocorresse sem acompanhamento dos donos do prédio — o mandado foi assinado dentro do fórum João Mendes Júnior. Apesar de citar a “balbúrdia” na avenida São João, o advogado afirmou que os caminhões de mudança cumpriram o trabalho no local.

Já a advogada **Juliana Avanci**, que representa o MSTC, afirmou que o conflito registrado no local ocorreu após a polícia determinar a saída dos moradores antes que a defesa do hotel demonstrasse a presença de todos os caminhões e carregadores combinados em reunião. Advogada do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, Avanci afirma que o imóvel chegou a reunir 250 famílias, havendo 70 no início da reintegração. Parte delas foi para casas de familiares, e outras marcharam para outras ocupações, segundo ela.

Sem abandono

Marta Pedreiro, mulher de um dos donos do imóvel, afirma que o prédio nunca ficou abandonado. “Nós pagamos IPTU e taxa de lixo durante todos esses anos. Sempre houve empregados e seguranças no hotel, tomando conta. Já tivemos prejuízos [em outras invasões], com portas quebradas e até roubo de nossos arquivos e bombas de água. Os funcionários foram expulsos [em março] a pontapés”, diz ela. A defesa dos invasores nega uso de violência durante a ocupação.

Embora a Secretaria de Habitação informe já ter desistido da desapropriação, Marta diz que os irmãos não colocaram o imóvel à venda porque ainda aguardam que o município pague pelo prédio. A secretaria afirma que já foi enviado processo interno à prefeitura para revogação do Decreto de Interesse Social aberto em 2012, sem informar qual o valor considerado inviável. O processo judicial sobre o assunto continua em tramitação na 5ª Vara de Fazenda Pública.

De acordo com a Secretaria de Estado da Segurança Pública, ainda não há levantamento sobre o número de pessoas presas durante o confronto de manifestantes com a polícia.

Cronologia:

1979

Quase pronto, Aquarius Hotel deixa de ser inaugurado por desistência dos donos.

2012

Prefeitura publica decreto manifestando interesse em desapropriar o imóvel.

Março de 2014

Invasão durante o Carnaval; liminar autoriza reintegração de posse, com força policial.

Abril e junho de 2014

Mandados de reintegração sem cumprimento.

16 de setembro de 2014

Reintegração de posse, com uso de força policial.